OAB/RJ-159978 APELANTE: BNI-BANCO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA ADVOGADO: CHRISTIANE D'ELIA OAB/RJ-072295 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. MAURO PEREIRA MARTINS** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E ERRO MATERIAL. REJEIÇÃO. PRETENSÃO DO RECORRENTE NO SENTIDO DE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS EFEITOS INFRINGENTES AOS PRESENTES ACLARATÓRIOS. 1. Consoante o disposto no art. 1.022 do CPC/15, os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer obscuridade; eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o julgador; ou corrigir erro material, hipóteses estas não verificadas no caso concreto. 2. Na hipótese, verifica-se que o intuito da parte recorrente é tão somente modificar o julgado por intermédio de recurso de esclarecimento com efeitos infringentes. 3. Não são os embargos de declaração sede própria para fim único de alteração do julgado. 4. Tribunais Superiores que poderão considerar incluída no acórdão embargado a matéria suscitada pela parte recorrente para fins de prequestionamento, ainda que o recurso tenha sido inadmitido ou rejeitado. 5. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS. Conclusões: POR UNANIMIDADE, REJEITARAM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

007. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0007014-85.2016.8.19.0061 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: TERESOPOLIS VARA INF JUV IDO Ação: 0007014-85.2016.8.19.0061 Protocolo: 3204/2017.00664765 - APTE: SIGILOSO ADVOGADO: MARCELO DA VEIGA OLIVEIRA OAB/RJ-075115 APDO: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/DP-000001 **Relator: DES. MAURO PEREIRA MARTINS** Funciona: Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

008. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0069909-37.2017.8.19.0000 Assunto: Ebulho / Turbação / Ameaça / Posse / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: ANGRA DOS REIS 2 VARA CIVEL Ação: 0010449-13.2017.8.19.0003 Protocolo: 3204/2017.00684386 - AGTE: MARIA DA PENHA FERNANDES DA SILVA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 AGDO: ANA CESÁRIO FALCÃO **Relator: DES. MAURO PEREIRA MARTINS** Funciona: Defensoria Pública Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR. REFORMA PARCIAL. TRATANDO-SE DE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE FUNDADA EM INVASÃO DO TERRENO HÁ MENOS DE ANO E DIA, IMPÕE-SE A ADOÇÃO DO RITO ESPECIAL DO ART. 562 DO CPC. NÃO HAVENDO PROVA SUFICIENTE AO DEFERIMENTO DA LIMINAR, CABÍVEL A DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO, DE MODO A OPORTUNIZAR A PRODUÇÃO DA PROVA DO ALEGADO ESBULHO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR. PRESENTE A DEFENSORA PÚBLICA, DRA. FÁTIMA BESSA.

009. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0046894-39.2017.8.19.0000 Assunto: Enriquecimento sem Causa / Atos Unilaterais / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: BANGU REGIONAL 4 VARA CIVEL Ação: 0011023-69.2004.8.19.0204 Protocolo: 3204/2017.00459814 - AGTE: ADILSON PASTOR DOS SANTOS ADVOGADO: RENATA SANTANA DOS SANTOS OAB/RJ-150191 ADVOGADO: ELIZABETH CRISTINA DE ALMEIDA DIAS OAB/RJ-072373 AGDO: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACHADO DE ASSIS ADVOGADO: JOSÉ DE ARAUJO COUTINHO NETO OAB/RJ-005438 ADVOGADO: LUCIANA LOURENÇO BARRETO OAB/RJ-139087 **Relator: DES. MAURO PEREIRA MARTINS** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. REJEIÇÃO. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E ERRO MATERIAL INEXISTENTES. TRIBUNAIS SUPERIORES QUE PODERÃO CONSIDERAR INCLUÍDA NO ACÓRDÃO EMBARGADO A MATÉRIA SUSCITADA PELA PARTE RECORRENTE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO, AINDA QUE O RECURSO TENHA SIDO INADMITIDO OU REJEITADO. APLICAÇÃO DO ART. 1.025 DO CPC/15. 1. Consoante o disposto no art. 1.022 do CPC/15, os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer obscuridade; eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o julgador; ou corrigir erro material, hipóteses estas não verificadas no caso concreto. 2. Este recurso é sede imprópria para manifestar-se, exclusivamente, o inconformismo com o julgado e obter-se a sua reforma porque, salvo as hipóteses específicas, nele não se devolve o exame da matéria. 3. Ao órgão julgador cabe decidir a lide, indicando os motivos que formaram o seu convencimento e, não, responder à exaustão as alegações das partes, mormente quando já tenha o juiz encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, consoante entendimento pacífico no âmbito desta Corte Fluminense de Justiça, consagrado através da súmula nº 52, que não restou prejudicado pela nova sistemática dos recursos de embargos apresentada pela Lei 13.105/15. 4. Manifesto propósito de reforma, por via imprópria. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

010. APELAÇÃO 0001718-15.2009.8.19.0001 Assunto: Concessão / Permissão / Autorização / Serviços / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 26 VARA CIVEL Ação: 0001718-15.2009.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00695504 - APELANTE: LEANDRO GUEDES NOBREGA DE MORAES ADVOGADO: SÉRGIO MURILO HERRERA SIMÕES OAB/RJ-042678 APELANTE: COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GAS DO RIO DE JANEIRO CEG ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO OAB/RJ-020283 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. MAURO PEREIRA MARTINS** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE EM VIA PÚBLICA. LAUDO PERICIAL QUE CORROBORA A RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA À COMPANHIA RÉ PELO EVENTO NARRADO NOS AUTOS. SENTENÇA QUE CONDENOU A DEMANDADA NO PAGAMENTO DE VERBA COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS). INCONFORMISMO DOS LITIGANTES. 1. O laudo pericial acostado não deixa dúvidas acerca da responsabilidade da demandada pelos danos suportados pelo autor, quando, no dia 06/01/2006, ao passar com um grupo de amigos pela Avenida Mem de Sá, altura do nº 215, na Cruz Vermelha, uma árvore de grande dimensão caiu sobre o grupo, causando ferimentos graves em dois deles, o demandante e o amigo Felipe, vindo este último a falecer. 2. Em que pese as despesas médico-hospitalares terem sido suportadas, na íntegra, pela reclamada, há de se sopesar o abalo de ordem moral vivenciado pelo requerente, aos 21(vinte e um) anos à época do acidente a reclamar justa compensação. 3. Observa-se que os exames radiológicos ao tempo do evento, evidenciaram fratura craniana e trauma de coluna, tendo sido o suplicante, inicialmente tratado em CTI e permanecido internado por 05 (cinco) dias em nosocômio, ainda com acompanhamento ambulatorial neurológico, ortopédico e fisioterápico, por período de 01 (um) ano. 4. Importa acrescer que apesar do laudo pericial negar a existência de sequelas que acarretem redução de sua capacidade laborativa, há informação acerca da presença de cicatriz na região occipital, parte posterior do crânio, medindo cerca de 7 cm, com ausência de cabelos na zona cicatricial, de natureza permanente. 4. Indubitavelmente, a verba compensatória por danos morais, fixada em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) se revela desproporcional e desarrazoada, comportando majoração para o patamar de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para melhor se adequar à repercussão dos fatos em discussão e à jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça. DESPROVIMENTO DO RECURSO DA RÉ E PROVIMENTO DO APELO DO AUTOR. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ E DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR. SUSTENTAÇÃO ORAL DRº VANDERSON PEREIRA, PELA CEG.